

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED
Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

Relatório da Reunião Anual – Grupos de Trabalho

1 IDENTIFICAÇÃO

GT 10 – Alfabetização, leitura e escrita

- Coordenador: Cláudia Maria Mendes Gontijo (UFES)

- Vice-Coordenador: Edith Frigotto (UFF)

2 CARACTERIZAÇÃO

a) Participantes:

a) Participantes:

1° DIA	2° DIA	3° DIA
94	60	25
Média de participação	66,3	

ASSOCIADOS	NÃO ASSOCIADOS	ESTUDANTES		OUVINTES
		Associados / não associados		
41	15	10	18	10

b) Instituições Representadas: 38, conforme discriminação abaixo.

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED

Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

SME /RJ	15	UNIDESTE	01
UFES	08	FSCULDSDES COC R. PRETO	01
UFRJ	08	UNIFA	01
UFF	07	FCC	01
UFMG	06	UNISC	01
UFSJ	06	SEDU/ES	01
UFPE	05		
UFAL	03		
ULBRA	03		
UERJ	03		
UNESP	02		
PREFEITURA de CAXAMBU	02		
UFMT	02		
UNEB	02		
UFPEL	02		
UFSC	02		
SEMEC	02		
UFJF	01		
UNIVALE	01		
USP	01		
UMEC	01		
UCAM	01		
SEMED	01		
PUC/Campinas	01		
Prefeitura Caxias	01		
SEMED	01		
FEBF / UERJ	01		
UFERSA	01		
UESJ	01		
UFRGS	01		
UCDB	01		
UNILAVRAS	01		

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED
Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

3 RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMADO E O REALIZADO

a) Sessão Especial:

A sessão especial, intitulada *Alfabetização e letramento: tensões teóricas, metodológicas e políticas*, ocorreu conforme planejado com os integrantes do GT e os coordenadores da Subárea 5. Participaram da sessão como palestrantes os professores Brian Street (King's College London) e João Wanderley Geraldi (UNICAMP). A sessão foi coordenada pela professora Cláudia Maria Mendes Gontijo (UFES).

O tema da sessão atraiu a participação dos integrantes de diversos GTs e, por isso, o espaço em que foi realizada foi insuficiente para comportar o grande número de participantes. Vale notar que as palestras provocaram polêmicas e debates.

É importante ressaltar que a participação do professor Brian Street na sessão especial foi financiada pela ANPEd (hospedagem) e pelo CEALE/FAE/UFMG (passagens). O financiamento por parte da segunda instituição foi facilitado pelo fato de o professor também ter participado de evento organizado por essa instituição em Belo Horizonte. A palestra do professor foi traduzida simultaneamente por uma empresa contratada pelo CEALE/FAE/UFMG e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João Del-Rei.

b) Trabalho Encomendado

O trabalho encomendado, denominado *Concepções de letramento e pesquisa em educação*, foi coordenado pela professora Isabel Frade (UFMG), no dia 18 de outubro de 2010. A palestra foi ministrada pela professora Roxane Rojo (UNICAMP). O tema do trabalho provocou uma boa repercussão no GT e

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED
Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

despertou o interesse de vários participantes de outros GTs que estiveram presentes.

c) Comunicações Orais

O GT10 recebeu 26 trabalhos e 1 pôster para avaliação. Os textos foram distribuídos entre os pareceristas *ad hoc* do GT. Foram aprovados 17 trabalhos e 1 pôster. Este último e 13 trabalhos foram apresentados. Desse modo, 4 trabalhos foram aprovados como excedentes, não tendo sido, portanto, apresentados.

As sessões de comunicações foram organizadas por semelhanças temáticas. Conforme decisão do GT, elas foram coordenadas pelos membros do Comitê Científico e pelos pareceristas *ad hoc*. A coordenação dos trabalhos foi muito importante para fomentar o aprofundamento de questões tratadas nos trabalhos apresentados, principalmente, porque os coordenadores formularam perguntas e sínteses a partir de leitura prévia dos textos.

Todos os trabalhos selecionados foram apresentados. Não houve apresentação oral do pôster.

d) Minicurso

Historicamente, a temática do minicurso resulta da necessidade de aprofundamento de questões surgidas durante a reunião. Assim, a indicação do minicurso *Teorias de alfabetização* ministrado pela professora convidada professora Cecília M. A. Goulart (UFF) foi decidida na 32ª reunião pelos integrantes do GT.

O minicurso teve grande recepção no GT e houve participação de membros de outros GTs, gerando uma discussão profícua sobre as teorias de alfabetização discutidas cuidadosamente pela ministrante.

e) Reunião do GT

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED

Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

A reunião do GT realizada no dia 18-10-2010, às 16 horas, coordenada pela professora Cláudia Maria Mendes Gontijo (UFES), teve por finalidade discutir a proposta indicativa de criação da Sociedade Brasileira de Alfabetização, conforme correspondência encaminhada ao GT 10 pela presidente do I Seminário Internacional Sobre História do Ensino de Leitura e Escrita (SIHELE), realizado na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília, SP, no período de 8 a 10-09-2010. O Seminário contou com a presença de vários participantes do GT 10 e também com a participação das professoras Magda Becker Soares (UFMG) e Anne-Marie Chartier (INRP, França).

Dentre os objetivos do Seminário, foi contemplada a criação da Sociedade Brasileira de Alfabetização. Durante a plenária realizada no 10-09-2010, os participantes decidiram remeter, para discussão no GT 10, a proposta de criação da Sociedade Brasileira de Alfabetização. A reunião do GT 10 contou com a participação da professora Maria do Rosário Longo Mortatti (UNESP/Marília). A proposta indicativa de criação da Sociedade Brasileira foi discutida e aprovada pelo GT 10.

Não havendo tempo para discutir os encaminhamentos da proposta, as integrantes do GT 10, Cláudia Maria Mendes Gontijo (UFES), Cleonara Maria Schwartz (UFES), Isabel Frade (UFMG), Marildes Marinho (UFMG), Edith Frigotto (UFF), Eliane Peres (UFPEl) e Cancionila Cardoso (UFMT), reuniram-se com Maria do Rosário Longo Mortatti, no corredor do Grande Hotel. Nessa segunda reunião, foram sintetizados aspectos da discussão ocorrida no GT e foram aprovados encaminhamentos, conforme apresentados a seguir:

- 1. Justificativa de criação da Sociedade Brasileira de Alfabetização:** necessidade de posicionamento articulado, organizado e sistemático em frente às políticas de alfabetização no Brasil; necessidade de fórum específico para discussão do expressivo volume de pesquisas acadêmico-científicas sobre alfabetização no Brasil, que constituem campo de conhecimento autônomo, embora interdisciplinar, devido aos diferentes aspectos envolvidos na complexidade e na multifacetação

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED

Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

da alfabetização; necessidade de diálogo com entidades congêneres em âmbito nacional e internacional, a fim de conferir maior visibilidade às pesquisas, aos estudos e ações educacionais relacionadas com a alfabetização no Brasil.

2. Objetivos e funções da SBA: reforçar a dimensão política da alfabetização no Brasil, exercendo um posicionamento crítico e político mais articulado, contundente e representativo, a exemplo das Conferências Brasileiras de Educação que cumpriram esse papel nos anos 1980; congregar representantes da sociedade civil, por meio de representantes de grupos/núcleos e centros de pesquisa e ensino voltados à produção e divulgação de conhecimentos sobre alfabetização, envolvendo, dentre outros, pesquisadores, professores do ensino superior e da Educação Básica, associações/sindicatos, organizações não governamentais relacionadas com o magistério; constituir-se como referência relativamente a informações, dados e posicionamentos demandados por pesquisadores, professores do ensino superior e da Educação Básica, associações/sindicatos, organizações não governamentais relacionados com o magistério; proporcionar meios de articulação adequada entre produção de conhecimento sobre alfabetização e demandas educacionais e políticas; propiciar meios de articulação adequada com vários grupos (como os diferentes GTs da ANPEd) e entidades congêneres do Brasil e do exterior (como a ALB, a IRA), sem prejuízo da autonomia política e científica da SBA.

3. Constituição de Comissão Provisória responsável pelo encaminhamento de providências para a constituição institucional da Sociedade Brasileira de Alfabetização: A Comissão foi constituída de acordo com critérios de representatividade por universidade/programa de pós-graduação/grupo/núcleo/centro de pesquisa, sendo integrada por: Maria do Rosário Mortatti (UNESP-Marília) (coordenadora); Cláudia Maria Mendes Gontijo (UFES); Cleonara Maria Schwartz (UFES); Isabel Frade (UFMG); Francisca Maciel (UFMG); Marildes Marinho (UFMG); Cecília Goulart (UFF); Edith Frigotto (UFF); Eliane Peres (UFPEl); Iole Trindade (UFRGS); Cancionila Cardoso (UFMT); Nanci

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED

Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

Amâncio (UFMT); Norma Ferreira (UNICAMP); Diana Vidal (USP); Maria Arisnete Moraes (UFRN). Os membros dessa Comissão comunicar-se-ão predominantemente por meio virtual (e-mail, videoconferência, *skipe* etc.), a fim de dar andamento às seguintes providências:

4 Atividades que serão desenvolvidas pela Comissão Provisória:

4.1 encaminhamento de consulta formal a diferentes entidades de pesquisadores e de professores de Educação Básica de seus respectivos Estados ou Regiões, relativamente ao apoio à resolução de criação da SBA, conforme deliberação da Plenária Final do I SIHELE e da reunião do GT 10 *Alfabetização, leitura e escrita* da ANPEd;

4.2 encaminhamento de solicitação formal de discussão e apoio à criação da SBA, inicialmente, à presidência dos seguintes eventos científicos: VI Congresso Brasileiro de História da Educação (maio/2011); 18º. Congresso de Leitura do Brasil (julho/2011); 34ª. Reunião da ANPEd (outubro/2011);

4.3 reunião dos resultados dessas consultas formais e registro escrito da história da criação da SBA;

4.4 elaboração de proposta do primeiro Estatuto da SBA, no qual se estabeleçam aspectos legais, tais como: denominação, sede, objetivos, patrimônio, sócios, organização, regime financeiro;

4.5 encaminhamento de discussão da proposta de Estatuto e de indicação de data e local para a realização de Assembleia de Constituição da Sociedade Brasileira de Alfabetização, na qual seja discutido e aprovado formalmente esse Estatuto e seja eleita a primeira Diretoria Provisória da SBA;

4.6 avaliação da possibilidade de a SBA se organizar em torno de publicações e eventos específicos e, nesse caso, avaliação da possibilidade de realização, no primeiro semestre de 2012, do I Congresso Brasileiro de Alfabetização ou I Conferência Brasileira de Alfabetização, como um evento a ser promovido e organizado por diferentes instituições envolvidas na criação da SBA e durante o qual seja realizada a Assembleia de Constituição da SBA;

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED
Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

4.7 caso não seja possível a concretização desse evento específico, avaliar a possibilidade de essa Assembleia ser realizada durante o II SIHELE, previsto para ocorrer no 1º. semestre de 2012.

f) Sessão-debate

A sessão-debate organizada por GTs da Subárea 5 e pelos integrantes do GT 10, realizada em 18-10-2010, às 19 horas, discutiu o tema *Alfabetização no Brasil: políticas e práticas atuais*. É importante notar que, inicialmente, a subárea pensou na possibilidade de realizar uma sessão conversa. Porém, após contato com a Diretoria da ANPEd, responsável pela organização desse tipo de sessão, a possibilidade não pôde ser concretizada. Por isso e considerando a importância e a necessidade de discutir o tema, a subárea optou por realizar a sessão-debate.

A participação na sessão foi aberta. Desse modo, vários integrantes dos GTs leram textos e relataram situações vivenciadas, em seus Estados, com a aplicação do método fônico e, também, com a compra de pacotes de avaliação dirigidos às classes de alfabetização, o que tem desconsiderado os avanços nas práticas de alfabetização. Para ilustrar a importância e o clima do debate, anexamos, ao final deste relatório, textos lidos durante da sessão.

g) Avaliação do GT

A reunião de avaliação foi realizada no dia 20-10-2010 com a seguinte pauta:

- Avaliação da Reunião
- Definição dos temas da sessão especial, trabalho encomendado e minicurso
- Eleição de coordenador e de vice-coordenador do GT
- Indicação dos membros do Comitê Científico
- Indicação de pareceristas ad hoc

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED
Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

Quanto às atividades realizadas na 33ª Reunião, os integrantes do GT10 apresentaram a seguinte avaliação:

- a) o salão do Grande Hotel possui estrutura apropriada, em termos de espaço, para acolher o grande número de participantes do GT durante as sessões de comunicação e do trabalho encomendado. Nesse sentido, o GT concluiu pela necessidade de permanência das atividades do GT no salão. Entretanto, o espaço foi insuficiente para acolher os interessados em participar da sessão especial. Assim, sugerem que esta possa ser alocada em espaço mais amplo;
- b) as sessões de comunicação foram bem organizadas. A maioria dos trabalhos apresentados proporcionou discussões e debates em torno dos temas tratados. Também avaliaram a importância da sessão especial, do trabalho encomendado e do minicurso que trataram de temas importantes para as discussões do GT. Registraram a presença de alguns trabalhos voltados para crianças de zero a seis anos, o que indica que esse tipo de pesquisa está ganhando espaço no GT;
- c) a aprovação de um projeto de pesquisa de pesquisa para apresentação nas sessões de comunicação, o que gerou estranhamento entre os membros do GT, porque, conforme critérios do CC, nas sessões de comunicação, são apresentados trabalhos que resultem de pesquisas concluídas. As pesquisas em andamento são apresentadas na categoria pôster. Além disso, foi apontada a necessidade de se observar, nas avaliações, os critérios definidos pelo Comitê Científico da ANPEd. Isto é, o parecer emitido pelos *ad hoc* e pelo Comitê Científico deve expressar todos os aspectos objetivos contemplados na ficha de avaliação dos trabalhos tanto para os aprovados como para os não aprovados;
- d) a importância da discussão da qualidade dos pareceres, pois alguns são apresentados de forma muito resumida, Nesse sentido, é de suma importância que os pareceres explicitem claramente os argumentos para

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED

Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

aceitação ou não aceitação dos trabalhos. O GT apontou ainda a necessidade de o Comitê Científico socializar com os participantes do GT o relatório de avaliação dos trabalhos. Sugeriu também, conforme ocorrido em reuniões anteriores, a realização de uma reunião com essa finalidade (socializar o relatório do CC);

- e) a realização de atividades simultâneas e observaram a necessidade de não ocorrer atividades concomitantes;
- f) a necessidade de o GT abordar, no trabalho encomendado e na sessão especial, questões relacionadas com as políticas de alfabetização na atualidade.
- g) sugeriram a criação da lista do GT, como um outro meio de comunicação entre os integrantes.

4 PROGRAMAÇÃO 2011 e SUGESTÕES PARA A 34ª RA

Considerando a necessidade de as discussões no GT se voltarem para as políticas de alfabetização na atualidade, as temáticas e os nomes dos respectivos palestrantes aprovados para a 34ª Reunião da ANPEd foram:

- a) Sessão especial:

Tema: Políticas públicas de financiamento de programas de alfabetização (relação público e privado)

Palestrantes: Romualdo Portela de Oliveira (USP) ou Roberto Lerher (UFPR) e Helena Costa Lopes Freitas (MEC) ou Egon de Oliveira Rangel (MEC). Os nomes indicados aparecem em ordem de prioridade e a mesa contempla representante das universidades e do MEC, privilegiando, desse modo, diferentes posições.

A sessão enfatizará as propostas de formação de professores e os materiais didáticos.

33ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED
Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

b) Trabalho encomendado:

Tema: Políticas de avaliação da alfabetização

Palestrantes: Maria Teresa Esteban (UFF) e Artur Gomes de Morais (UFPE).

c) Minicurso:

Tema: Teorias de alfabetização

Ministrantes: Isabel Frade (UFMG) e participantes do Grupo de Pesquisa Interinstitucional em História da Alfabetização.

O enfoque do minicurso é discutir teorias que têm fundamentado historicamente a alfabetização, ou seja, a perspectiva histórica de materiais e métodos de alfabetização/análise conceitual dos métodos.

5 ELEIÇÕES NO GT

a) Coordenação

O GT 10 realizou a eleição da coordenação em função do término da gestão compartilhada pelas professoras Cláudia Maria Mendes Gontijo (UFES) e Edith Frigotto (UFF).

Como sempre aconteceu no GT, houve consulta à atual coordenação sobre a possibilidade de recondução. A professora Edith Frigotto informou ao grupo a impossibilidade de permanência na coordenação e a professora Cláudia Maria Mendes Gontijo aceitou a recondução por mais um ano. Desse modo, a professora Marildes Marinho foi indicada (UFMG) para vice-coordenação. Após o aceite da professora Marildes e discussões, o GT elegeu, por mais um ano, para a

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED
Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

coordenação do GT, as professoras Cláudia Maria Mendes Gontijo (coordenadora) e Marildes Marinho (vice-coordenadora).

O GT decidiu ainda que, no ano de 2011, serão realizadas eleições para coordenação e vice-coordenação do GT.

b) Indicação dos membros do Comitê Científico

Na mesma reunião, os participantes do GT escolheram os membros do Comitê Científico, conforme Regulamento aprovado na Assembleia da ANPEd. Assim, ficou configurado:

Titular: Ludmila Thomé de Andrade (UFRJ)

1º Suplente: Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo (UFSJ)

2º Suplente: Cleonara Maria Schwartz (UFES)

c) Escolha dos pareceristas *ad hoc*

Em função do término do período de participação de três pareceristas, foram indicados os seguintes professores para compor o quadro de pareceristas *ad hoc* do GT: Dagoberto Buim Arena (UNESP), Eliane Teresinha Peres (UFPE), Cancionila Janzkovski Cardoso (UFMT), Eliane Albuquerque (UFPE) e Celia Abicali Belmiro (UFMG).

Desse modo, permanecem como pareceristas os dois primeiros professores e foram escolhidos os três últimos para compor o quadro de pareceristas.

6 AVALIAÇÃO DA REUNIÃO

O GT não fez avaliação da 33ª reunião de forma sistematizada. Também não surgiram críticas à reunião como um todo.

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED
Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

NA SME-RIO, A VELHA CARTILHA DA EDUCAÇÃO – A propósito da matéria *A nova cartilha das escolas* na revista VEJA Rio (edição 1831, abril 2010)

Cecília Goulart – Professora aposentada da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Professora da Faculdade de Educação da UFF.

É no mínimo caluniosa a referência que a Secretária de Educação do Município do Rio de Janeiro tem, reiteradamente, feito ao trabalho realizado em outras gestões

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED

Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

da Educação neste Município. Sua atuação como administradora tecnicista despreza a história e a cultura do trabalho nas escolas da cidade e nas administrações anteriores, desprezando também a dignidade da população do Rio de Janeiro, principalmente de professores e alunos. A Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro tem uma história de luta e trabalho. Para ilustrar o passado mais recente, desde o processo de abertura política, em meados da década de 1980, foram criados na rede municipal, entre muitos documentos produzidos e discutidos por professores, a proposta curricular conhecida como Livro Azul, em 1990 (Gestão Prof. Moacir de Goes), e a proposta MultiEducação (Gestão Prof. Regina de Assis), em 1996, entre outras. Nenhuma delas é unanimidade, não é disso que tratamos. Todas, entretanto, definem uma política educacional séria, fundamentada e respaldada por professores, considerando as peculiaridades e necessidades sociais do município. Não são materiais comprados no atacado do mercado para serem impostos a professores e alunos, negando seus conhecimentos e do mesmo modo conhecimentos científicos que vêm sendo desenvolvidos há décadas.

A complexidade que envolve a ação de educar na escola exige que saiamos das soluções fáceis e rasteiras, ações mínimas, para refletir sobre os muitos fatores ali atuantes. Não é para nos imobilizar, mas para provocar profundas discussões com todos os segmentos envolvidos nas escolas e gerar ações contextualizadas e condizentes com as situações encontradas. Administrar uma rede de escolas públicas não é administrar uma rede de supermercados ou de pizzarias. Estamos formando crianças, jovens, pessoas, cidadãos; não estamos produzindo pizzas em série, para serem entregues em tempo mínimo. O que está em jogo é a educação pública que passou a ser tratada pela Secretaria Municipal como mercadoria de segunda classe, a velha história tem sido reacendida: “escola para classes populares, para pobres, não se precisa pensar e investir muito, aplica-se a velha receita, se eles não aprendem é porque não tem condições mesmo. Problema

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED

Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

deles”. Não se discutem princípios filosóficos, educacionais e metodológicos, discute-se se o texto da Chaninha é ou não apropriado para as crianças.

A educação realizada pela atual Secretária está preocupada com a função policial: punir, controlar, impedir. A ação policial se sobrepõe à ação educativa. A ordem, à justiça. Respeito, disciplina e bons princípios de convivência e civilidade se constroem coletivamente, orientados pelo próprio sentido que as instituições, e o trabalho que nelas se realiza, devem ter para alunos e professores. Quais são os valores a preservar? Valores de quem, para quem? Da mesma forma como se podam árvores, podam-se pessoas, retirando-lhes seu poder de decidir, retirando-lhes livros de qualidade, retirando-lhes espaços culturais e muito mais. A atual Secretária de Educação, administradora especializada em Reformas, parece dar um caráter de reformatório às escolas. Ao compreender dificuldades que crianças e professores têm vivido para aprender e ensinar como problemas de classe, social e profissional, respectivamente, e como deficiência de vários tipos, oblitera aspectos contextuais, políticos, teóricos, todos afetos à definição de políticas educacionais consistentes. Não há uma proposta da atual Secretaria, há uma dispersão de ações, agenciadas na tentativa de resolver problemas, deixando-se perder a totalidade – a quem interessa isso? Quem sai ganhando?

O sentido humano da prática educacional tem sido substituído pelo sentido utilitário em que avaliações apegadas dos conhecimentos dos alunos é que mandam. São elas que determinam ações e constroem “a” realidade educacional do Município do Rio. Esqueceram que em cada aluno existe uma criança, um jovem, um adulto, que vive, tem conhecimentos, desejos e esperanças de transformar a realidade, de mudar. A hora é grave. “Choram Marias e Clarisses...”

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED
Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

Velhos “remédios” na educação carioca: educar para quê e como?

Preocupam-nos os primeiros resultados da avaliação de desempenho de crianças da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, divulgados na mídia. Alguns fatos e reflexões nos vêm à tona. O fracasso escolar tem sido historicamente uma marca da educação brasileira, especialmente associado à educação pública, embora seja mais amplo. O fato de termos hoje a quase totalidade da população em idade escolar dentro da escola não assegura que todos aprendam. Educar para quê? Aprender o quê? Temos observado e discutido em processos de

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED

Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

formação de professores que a escola continua reproduzindo a desigualdade social, reforçando os processos de exclusão de quem já é excluído. A desqualificação das classes populares vem-se fazendo também dentro da escola.

Propostas educacionais, como a atual da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro - SME-RJ, orientadas por sistemas de avaliação focados em resultados, vêm merecendo a crítica de professores e pesquisadores que trabalham há muito tempo por um país em que a justiça se sobreponha à ordem. A taylorização do trabalho pedagógico tem levado a avaliar o conhecimento de crianças e jovens como quem analisa o sistema de produção de uma fábrica. A garantia de manter a produtividade e a “máquina” é a prioridade.

Notícia veiculada no jornal O Globo, em 18/03/2009, aponta que as escolas públicas cariocas têm 25 mil analfabetos funcionais nos 4º, 5º e 6º anos do Ensino Fundamental. Cria-se um fato político alarmante para a população. Olhando para a história do Brasil e da educação brasileira, e também para estatísticas, compreendemos o quanto determinadas concepções de educação e de ensino-aprendizagem se mantêm e o quanto ainda estamos distantes da realidade de uma sociedade plenamente alfabetizada. Temos hoje cerca de 15% de analfabetos absolutos e um altíssimo percentual de analfabetos funcionais, de acordo com dados de testes nacionais e internacionais, além de depoimentos de professores. Os analfabetos funcionais são aqueles que tendo vivenciado processos de escolarização não modificam sua condição social diante da cultura letrada, não conseguem usufruir de bens dessa cultura, não ampliam sua participação política por meio da linguagem escrita.

Chamam-nos a atenção na notícia as propostas de providências para “sanar” o problema encontrado. A busca de auxílio na área da saúde nos remete às políticas de educação propaladas na década de 1970, medicalizando as dificuldades de aprendizagem de crianças e jovens. Remete-nos também à Teoria da Carência Cultural que com tanta força nos dizia que as crianças das classes populares tinham distúrbios e déficits de todo tipo. Desde a década de 1980, principalmente,

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED
Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

vêm sendo publicados estudos, nacionais e internacionais, de muitos professores, evidenciando a falência dessas posições: Magda Soares, Maria Helena de Souza Patto, Sarita Moysés, Cecilia Collares & Aparecida Moysés, Sonia Kramer, entre muitos outros no Brasil, discutindo e criticando programas de educação compensatória de variados tipos. Temos certeza de que a área da saúde pode contribuir para o fortalecimento da educação escolar, mas por meio de consistente política pública de saúde para a população em geral.

A criação de condições políticas e pedagógicas para que os processos de ensino-aprendizagem se efetivem está relacionada à consolidação da sociedade como um espaço educativo, em primeiro lugar. As pessoas da cidade precisam ser respeitadas como cidadãos, afirmando seus direitos através dos deveres que as envolvem na vida cotidiana. Em segundo lugar, as escolas públicas municipais precisam se constituir em ambientes pedagógicos, com recursos didáticos de tipos variados, em que as crianças e jovens sejam confirmados politicamente como pessoas que possuem identidades, conhecimentos e desejos, legitimamente constituídos. A partir daí, podem aprender e ensinar. Em terceiro lugar, reconhecer os professores como profissionais que estudaram, se formaram e foram aprovados para ocupar o magistério público, estando aptos a discutir os rumos da educação municipal e a definir os melhores caminhos metodológicos para suas turmas, nas escolas, e a receber salários condizentes com suas atividades e sua função social.

A SME-RJ deveria trabalhar para que as mencionadas condições políticas e pedagógicas se fortaleçam e sejam permanentemente avaliadas para que a educação escolar no município do Rio de Janeiro aconteça e se transforme num novo fato político nas manchetes de jornais; e para que as crianças e jovens construam bagagens de conhecimentos significativos de forma a compor novas compreensões da realidade social, novos projetos de vida coletiva. A boa educação custa caro, é preciso dar-lhe prioridade verdadeiramente.

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED
Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

Cecília Goulart - Professora da Faculdade de Educação da UFF. Doutora em Letras.

goulartcecilia@yahoo.com.br

Maria Luiza Oswald – Professora da Faculdade de Educação da UERJ. Doutora em Educação.

moswalduerj@yahoo.com.br

Publicado em:

- Jornal Folha Dirigida, edição de 23 a 29 de abril de 2009, p. .

-Blog Doutamente, de Maria de Fátima C. Toscano, Portugal.

<http://www.blogcatalog.com/blog/doutamente/6a8cc620bca833a04a1d9625f92a86>

61

- Fundação CECIERJ

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0210.html>

- Observatório Jovem

http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=620&Itemid=2

<http://www.fazendomedia.com/2009/educacao0505.htm>

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED
Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/setor-de-educacao-deve-movimentar-novos-grandes-negocios>

Negócios

Setor de educação atrai grandes negócios

Mercado se aquece com o impacto dos exames de qualificação, a demanda da classe C e o avanço dos sistemas de ensino nas escolas públicas

Nathalia Goulart

O mercado de fornecimento de material didático e métodos de ensino é promissor (Alexandre Schneider)

Novas e milionárias operações no mercado de sistemas de ensino podem acontecer no futuro próximo, aposta FGV

O setor da educação no Brasil assistiu a quatro grandes operações de aquisição em menos de dois meses. Em 12 de julho, a Abril Educação comprou o Anglo, um dos mais tradicionais grupos de educação do país. Um mês depois, o fundo de private equity (de investimentos em outras empresas) BR Investimentos adquiriu parte da Abril Educação por 226,2 milhões de reais. No último dia 22, foi a vez da britânica Pearson assumir o controle do Sistema Educacional Brasileiro (SEB), dono do COC, Pueri Domus e Dom Bosco. Na semana passada, a empresa de participações Buffalo Investimentos anunciou a aquisição da operação de apostilas e treinamento de professores do Universitário.

Longe de configurar simples coincidência, a proximidade das operações reflete o aquecimento do mercado de sistemas de ensino no país – métodos desenvolvidos por empresas de educação e distribuídos a escolas privadas, em sua maioria, e também instituições públicas. Alguns dos protagonistas desse mercado – em ordem, Positivo, Abril Educação/Anglo, Pearson/SEB e Objetivo – não informam

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED

Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

faturamento e suas respectivas fatias de mercado, o que dificulta precisar o tamanho do bolo. Mas uma coisa é certa: trata-se de um negócio, de fato, bilionário. A Hoper Consultoria, especializada em educação, estima que a receita do setor gira em torno de 1 bilhão de reais.

“O mercado de fornecimento de material didático e métodos de ensino é promissor”, resume o economista André Portela, da Fundação Getúlio Vargas. Há ao menos três importantes fatores a impulsionar o setor. O primeiro é a crescente importância das avaliações a que estudantes e escolas têm sido sujeitos – campo em que se destaca o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Desde que a nota dos estudantes na prova passou a ser considerada como componente da média do vestibular de universidades federais, pais, alunos e escolas passaram a mirar o exame – e a se preparar para ele.

“Existe uma tendência de buscar uma educação de melhor qualidade, e os exames comprovam que as escolas que adotam sistemas de ensino consagrados obtêm melhor desempenho”, afirma Manoel Amorim, presidente da Abril Educação. Com a aquisição do Anglo, a companhia espera faturar 500 milhões de reais em 2010, o que inclui receitas provenientes dos sistemas de ensino SER e Anglo e também dos demais negócios, como as editoras de livros didáticos Ática e Scipione. Até janeiro, a empresa pertencia ao Grupo Abril – do qual faz parte a Editora Abril, que publica VEJA –, passando então ao controle exclusivo da família Civita.

A classe C quer educação de qualidade – Outros fatores que impulsionam os sistemas de ensino são a própria evolução na economia e as mudanças da sociedade brasileira. Nos últimos cinco anos, a classe média cresceu. E muito. Em números da Cetelem, empresa financeira do grupo francês BNP Paribas, o avanço foi de 50%. Ou seja, o grupo social ganhou um contingente estimado em 26,1 milhões de pessoas.

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED

Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

Com mais dinheiro em mãos, esses brasileiros querem (e agora podem) consumir mais. Isso inclui obter educação de melhor qualidade – o que, no Brasil, é quase sinônimo de escola privada. As famílias, aliás, já percebem que a qualificação constitui fator determinante para a melhoria de vida. Dados da Tendência Consultoria apontam que pessoas que completam o ensino fundamental recebem salários cerca de 13% superiores aos pagos a quem não chega ao fim desse ciclo. Para quem vai mais adiante, a notícia é ainda melhor: quem se forma no ensino médio ganha, em média, 43% a mais do que quem termina apenas o fundamental. Se concluir a faculdade, o acréscimo sobre os vencimentos de quem chegou ao nível médio chega a 100%.

Os números confirmam a tese de que o brasileiro quer aprender. Ao não perceber qualidade no ensino público, muitos, quando podem, preferem pagar para ter acesso a isso. Somente no estado de São Paulo, entre 2006 e 2008, o número de alunos da rede privada cresceu 21%, de acordo com dados da Federação Nacional de Escolas Particulares (Fenep). A penetração dos sistemas de ensino nas escolas particulares é de 35%: e deve subir para 42% nos próximos anos, segundo a Hoper.

No entanto, sistema de ensino não é mais sinônimo de escola privada. Eis a terceira razão, não menos importante, do aquecimento do mercado. **As instituições públicas já podem optar pelo uso desse material. “Desde 2004, os municípios recebem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Com essa verba, podem comprar, se quiserem, material didático dos sistemas de ensino”, explica Ryon Braga, da Hoper Consultoria. “A vantagem, para elas, é que o material didático vem acompanhado de assessoria pedagógica, por exemplo”. A presença dos sistemas de ensino entre as escolas públicas ainda é pequena: apenas 3% das 130 mil instituições municipais utilizam os métodos. Ou seja: ainda há muito a crescer.**

33: REUNIÃO ANUAL DA ANPED

Educação no Brasil: o balanço de uma década



17 a 20 de outubro 2010 - Caxambu/MG

Novos negócios à frente – Novas e milionárias operações no mercado de sistemas de ensino podem acontecer no futuro próximo, aposta Portela, da FGV. Contudo, de agora em diante, poderão envolver personagens menores da área, caso de Pitágoras, Exponente, Uno e Etapa. “Mas, certamente, veremos mais fusões e aquisições”, pontua.

João Carlos Di Gênio, dono do Objetivo, concorda. Mas garante que não vende o seu negócio. “As recentes aquisições são um reconhecimento da qualidade dos sistemas ante os velhos métodos de ensino”, afirma. “Quem quiser crescer deverá se unir às empresas que desenvolvem esses sistemas”. Foi essa conclusão que levou a Pearson a desembolsar 888 milhões de reais para comprar o SEB – a cifra inclui método de ensino, mas também gráfica, operações logísticas e produtos na internet. “Com o anúncio da compra do Anglo, percebemos que precisávamos buscar novos parceiros estratégicos”, afirma Chaim Zaher, da SEB. “O caminho natural foi buscar a Pearson”.

Com reportagem de Paula Reverbel